



# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

## ASSESSORIA TÉCNICA E JURÍDICA PARA A GESTÃO DE BENS SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

PARECER Nº 158/2009

DATA: 06.07.2009

LICITAÇÃO: 024/2009 – CONCORRÊNCIA

PROCESSO: 383/2009

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para execução de obras de reforma e ampliação do Prédio do Fórum da Comarca de Sacramento/MG, conforme descrição técnica contida no Projeto Básico, parte integrante do Edital de Licitação.

**RECORRENTE:** GPF ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA.

**RECORRIDA:** SENO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

**ASSUNTO:** Recurso contra ato da Comissão Permanente de Licitação.

À Comissão Permanente de Licitação

Com vistas a subsidiar a decisão colegiada de Vossas Senhorias, apresentamos a análise acerca do Recurso interposto, legítima e tempestivamente, pela empresa **GPF ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA.** diante de seu inconformismo com a decisão que declarou a licitante **SENO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA.** vencedora do certame licitatório em referência.

Em resposta à manifestação da Recorrente, foram tempestivamente protocolizadas Contra-Razões, sobre as quais, no momento oportuno, teceremos nossos comentários. Então, vejamos:

As alegações recursais são, em suma, as seguintes:

1. Que "aos quinze dias do mês de junho de 2009, foi publicado oficialmente o ranking de classificação das propostas, apresentando como vencedora por apresentar a proposta de R\$ 2.045.027,34 (dois milhões, quarenta e cinco mil, vinte e sete reais e trinta e quatro centavos), a empresa **GPF Engenharia e Empreendimentos Ltda.**".
2. Que "Constata-se que a empresa **Seno Projetos e Construções Ltda.**, esta enquadrada no regime fiscal de EPP (Empresa de Pequeno Porte), foi classificada oficialmente apenas na terceira posição, (...), apresentando uma proposta comercial no valor substancial de R\$ 2.142.481,89 (Dois milhões, Cento e Quarenta e Dois Mil, Quatrocentos e Oitenta e Um Reais e Oitenta e Nove Centavos)".
3. Que "A seguir, ficou decidido (...) que a empresa **Seno Projetos e Construções Ltda.** apresentou (sic) contra-proposta, sendo favorecida pela prerrogativa prevista no art. 44, parágrafo 1º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006".
4. Que "A decisão guerreada utiliza critério eivado de divergência, amplamente reconhecido pela doutrina, uma vez que a referida lei fere princípios administrativos essenciais e de extrema importância para a lisura da licitação pública em ato manifestamente duvidoso, considerando um atentado à técnica legislativa, quando não inconstitucional". Acrescenta, em destaque, que "é fundamental que se compreenda que a licitação não é um instrumento de política pública, destinado a corrigir distorções econômicas ou sociais, mas um procedimento que visa selecionar a opção que melhor atenda os interesses da coletividade". (grifos no original)

Deixa claro, ainda, que entende como questionável a constitucionalidade do dispositivo da Lei Complementar nº 123/2006, inserto em seu artigo 44, § 1º,



# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

que assegura, nas licitações, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nas situações em que as propostas por elas apresentadas sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada, "pois o legislador infra-constitucional, a pretexto de dar tratamento favorecido às Empresas de Pequeno Porte, afronta princípios constitucionais intrínsecos à atividade administrativa, como a eficiência administrativa e a isonomia entre os licitantes, além de tolher a busca pela melhor proposta, pelo incentivo de resguardo lucrativo que se cria para as empresas beneficiadas pela Lei Complementar 123/2006".

5. Que "razão não assiste as benesses do referido Estatuto, quando o micro ou pequeno empresário se vale das prerrogativas da Lei 123/06 para participar de certames cuja monta envolvida extrapola os limites de seu faturamento, posto que macula o Estatuto e diverge totalmente do que pretendeu o próprio legislador".

6. Que "a decisão que classificou a empresa Seno Projetos e Construções Ltda. é nula por ausência de fundamentação".

7. Que "no caso em questão, a comissão licitante menosprezou as análises formais e simplesmente remeteu sua decisão, acolhendo a contra-proposta sem qualquer comprovação legal do faturamento anual da referida empresa de pequeno porte, o que enseja nulidade de seu ato".

Nesse ínterim, argumenta que o valor das propostas apresentadas pela Recorrida muito se aproxima do limite legal para o seu enquadramento como empresa de pequeno porte, acrescentando que "Uma empresa com capacidade econômica para execução de uma obra desse porte, inegavelmente possui outras fontes de faturamento e inclusive montantes já faturados nos meses decorridos deste ano de 2009".

Finalizando suas razões de inconformismo, pontua que, sob o prisma do faturamento a ser obtido sobre o montante global da obra, "encontra-se uma situação extremamente favorável para a extrapolação do limite legal para o enquadramento fiscal em empresa de pequeno porte".

Do exposto, requer:

1. O recebimento do Recurso, concedendo-lhe efeito suspensivo;

2. a realização de esclarecimentos acerca do faturamento bruto da empresa recorrida, "no intuito de se comprovar a superação do limite legal para o enquadramento fiscal, seja através de balancetes, balanços ou qualquer outra forma oficial de apresentação de informações, confirmando assim vício de conduta, passível de anulação";

3. o provimento ao Recurso aviado, reformando-se a decisão guerreada, declarando-se vencedora a empresa GPF Engenharia e Empreendimentos Ltda., ora Recorrente.

Contestando a manifestação recursal, a empresa **SENO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA.**, ora Recorrida, apresentou, em síntese, as seguintes considerações:

1. Que "A Lei Complementar 123/2006, em seu artigo 44, estabeleceu critérios de desempate que devem ser utilizados obrigatoriamente pela Administração Pública, quando as concorrentes participantes exercerem seu direito e provarem estar fiscalmente enquadradas como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte".

2. Que "A empresa Seno Projetos e Construções Ltda. tempestivamente apresentou à Comissão documentos comprobatórios da sua condição de Empresa de Pequeno Porte – EPP, fazendo jus à aplicação do critério de desempate que consta do seu art. 44".



## Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

3. Que "A criação da Lei Complementar 123/2006 tenta trazer condições das micro e pequenas empresas de lutar contra o poder econômico aumentando sua capacidade de concorrer e crescer financeiramente".

4. Que "A legislação está vigente e as razões para não aplicar os critérios inexistem, (...). As atitudes da Comissão e a clareza como foram redigidas as atas depõem contra a recorrente, pois não fora a surpresa dos critérios adotados que derrotou-a, pois desde a publicação do edital sabia seguramente da possibilidade de utilização da forma de desempate".

5. Que "A recorrente questiona a constitucionalidade da Lei Complementar, mas em sede errônea, considera que a forma é injusta pelo fato de abrir condição de serem apresentadas novas propostas".

Refuta essa alegação, colacionando decisão desta Corte de Justiça, segundo a qual "Em sede de Licitação, envolvendo Empresa de Pequeno Porte, legítima é a aplicação da Lei Complementar 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, que, em seus arts. 44 e 45, autoriza o procedimento adotado pela Comissão de Licitação para fins de desempate". (Processo nº 1.0319.07.029764-7/001(1) – Relator Des. Dídimo Inocêncio de Paula)

6. Que "a previsão de execução da obra, conforme edital, é de 240 dias, ou seja, após adjudicação do objeto, assim (...) por estarmos no meio do ano de 2009, a obra poderá terminar em 2010 e sendo que o pagamento é efetuado após as conclusões das etapas, o faturamento da SENO PROJETO E CONSTRUÇÕES não ultrapassará o limite legal".

7. Que "Os 'privilégios' que contesta a recorrente estão previstos em norma, não são passíveis de questionamento dentro de um processo licitatório; ademais, foi constatada a condição de EPP da empresa vencedora por uma gerência específica e que cuidou de conferir todos os documentos apresentados e sua validade".

8. Que "Não houve qualquer inobservância de normas". (...) "Os documentos são legítimos e emitidos por órgãos capacitados para comprovar a real situação fiscal da vencedora".

Alega, ao final, que, atendendo à determinação da i. Comissão de Licitação, apresentou os documentos comprobatórios de sua condição de Empresa de Pequeno Porte, que foram devidamente conferidos e aprovados pela Gerência de Projetos – GEPRO deste Tribunal, conforme Parecer Técnico acostado aos autos do Processo em epígrafe.

Isto posto, requer a improcedência do Recurso impetrado, mantendo-se a decisão da Comissão Permanente de Licitação, que a declarou vencedora do certame.

Entende, outrossim, desnecessário qualquer esclarecimento, eis que, quando da Habilitação, foi devidamente apresentada toda a documentação comprobatória estabelecida pelo item 5 do instrumento convocatório.

Apresentadas, em resumo, as alegações da empresa Recorrente, bem como as Contra-Razões da Recorrida, passemos à análise jurídica propriamente dita.

Ab initio, cumpre registrar que se faz mister ratificarmos, na íntegra, as Contra-Razões trazidas pela empresa Seno Projetos e Construções Ltda., por sua inarredável pertinência, às quais acrescentamos as seguintes considerações:

Analisando o instrumento convocatório, no tocante aos questionamentos ora consignados, vejamos o conteúdo literal de seus termos:

### 5. DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 1

5.1. Poderão participar desta licitação os interessados cuja finalidade social abranja o objeto licitado e atendam a todas as exigências deste Edital e que apresentem os seguintes documentos, no interior do ENVELOPE Nº 1 (HABILITAÇÃO), sendo que, uma vez incluídos no processo, nenhum



# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

deles será devolvido:

5.1.1. Documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso:

(...)

d) No caso de ME ou EPP, através de certidão emitida por junta comercial ou cartório de registro de pessoas jurídicas. (grifamos)

Pela simples leitura da inscrição editalícia supra transcrita, constata-se sua perfeita adequação à normatização aplicável, *in casu*, o artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30 de abril de 2007, que dispõe sobre o enquadramento, reenquadramento e desenquadramento de microempresa e empresa de pequeno porte, constantes da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nas Juntas Comerciais. Senão, vejamos:

**Art. 8º** A comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte pelo empresário ou sociedade será efetuada mediante certidão expedida pela Junta Comercial. (grifamos)

Não bastasse, assim estabelece o artigo 73, inciso IV, da Lei Complementar nº 123/2006, *in verbis*:

**Art. 73** O protesto de título, quando o devedor for microempresário ou empresa de pequeno porte, é sujeito às seguintes condições:

(...)

IV – para os fins do disposto no *caput* e nos incisos I, II e III do *caput* deste artigo, o devedor deverá provar sua qualidade de microempresa ou de empresa de pequeno porte perante o tabelionato de protestos de títulos, mediante documento expedido pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso; (grifamos)

Destarte, constata-se, inequivocamente, a estrita vinculação dos termos convocatórios ao arcabouço jurídico pertinente, perante os quais, inclusive, não houve qualquer impugnação a respeito.

Corroborando nosso posicionamento, cumpre-nos fazer breve referência ao entendimento doutrinário prevalente acerca da matéria.

Nesse sentido, assim lecionam os Professores Jair Eduardo Santana e Edgar Guimarães, *in* Licitações e o novo estatuto da pequena e microempresa – Reflexos práticos da LC nº 123/06<sup>1</sup>:

“Com relação à comprovação da condição jurídica de ME/EPP, cabe registrar que o Departamento Nacional de Registro do Comércio, em 30 de abril de 2007, expediu a Instrução Normativa nº 103, estabelecendo regras para o enquadramento, desenquadramento e reenquadramento de ME/EPP.

De acordo com dita instrução, o empresário deverá declarar à respectiva Junta Comercial Estadual que cumpre todos os requisitos da legislação para ostentar a condição jurídica de ME/EPP (IN nº 107/07, art. 1º, II, 2). Esta Declaração será arquivada e, sempre que requerida, a Junta Comercial expedirá certidão atestando aquela condição, que será apresentada nas respectivas licitações.”

Fernanda Babini, *in* Elaboração de Editais de Pregão – Alterados pela LC 123/06<sup>2</sup>, acrescenta que:

“Desta feita, o ônus de atestar o atendimento ao artigo 3º, passa a ser do próprio licitante, ao declarar a inserção da empresa aos limites de receita bruta anuais insculpidos nos incisos I e II do artigo 3º, bem

<sup>1</sup> Belo Horizonte: Editora Fórum. 2007, p.30.

<sup>2</sup> Curitiba: Negócios Públicos Editora. 2008, pp. 74 a 76.



# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

como a não inclusão nas ressalvas dos incisos I a X do § 4º.

(...)

O importante é que, não obstante o órgão ser de outra esfera que não a Federal e não estar submetido às disposições do Decreto 6.204/07, o edital fazer menção à obrigatoriedade da entrega da declaração, para precaução da Administração." (grifamos)

Registre-se, por oportuno, que, compulsando os autos do Processo de Licitação sob exame, verifica-se devidamente acostada, à fl. 389, a Certidão de **ENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)**, emitida pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, na qual consta expressamente o Registro sob o número 4127616, Protocolo: 09/101.627-4, Data: 11/05/2009.

Assim, examinando o referido documento, comprova-se nele constar todos os requisitos essenciais, normativamente estabelecidos, nos termos abaixo demonstrados:

**Art. 1º** O enquadramento, reenquadramento e desenquadramento de microempresa e empresa de pequeno porte pelas Juntas Comerciais será efetuado, conforme o caso, mediante arquivamento de declaração procedida pelo empresário ou sociedade em instrumento específico para essa finalidade.

**Parágrafo único.** A declaração a que se refere este artigo conterá, obrigatoriamente:

I – Título da Declaração, conforme o caso.

a) DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME ou EPP;

(...)

II – Requerimento do empresário ou da sociedade, dirigido ao Presidente da Junta Comercial da Unidade da Federação a que se destina, requerendo o arquivamento da declaração, da qual constarão os dados e o teor da declaração em conformidade com as situações a seguir:

a) enquadramento:

1. nome empresarial, endereço, Número de Identificação do Registro de Empresas – NIRE, data de registro do ato constitutivo e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, quando enquadrada após a sua constituição;

2. declaração, sob as penas da lei, do empresário ou de todos os sócios de que o empresário ou a sociedade se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006;<sup>3</sup>

Pelo exposto, com supedâneo no princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 3º da Lei federal nº 8.666/1993), entendemos como comprovada, pela Licitante Recorrida, sua condição de Empresa de Pequeno Porte.

Feitas essas primeiras considerações, de cunho estritamente objetivo, cumpre-nos, não obstante, analisarmos, de forma pontual, os argumentos trazidos aos autos pelas empresas envolvidas na presente controvérsia.

Inicialmente, cumpre ressaltar que não nos compete o exame de constitucionalidade das normas editadas pelo ente legislativo, devidamente sancionadas e promulgadas pelo Poder Executivo.

*Contrario sensu*, se outro fosse o entendimento, haveria, sim, invasão da competência privativamente atribuída ao Poder Judiciário, no tocante ao Controle Incidental de Constitucionalidade.

<sup>3</sup>Instrução Normativa nº 103, do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30 de abril de 2007.



# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Outrossim, ao Administrador Público incumbe a aplicação dos ditames legais, aos quais se encontram subordinadas todas as suas ações.

Desta feita, enquanto não declarada a inconstitucionalidade de uma norma, ressalte-se, por quem detenha competência para tal, presente está no mundo jurídico, devendo, pois, ser respeitada pelos entes aos quais se destina.

Partindo dessa premissa, uma vez promulgada determinada norma jurídica, *in casu*, a Lei Complementar nº 123/2006, todos os Entes Públicos por ela abrangidos estão subordinados aos seus comandos, em estrita obediência a um dos princípios basilares de toda atividade público-administrativa, qual seja, o Princípio da Legalidade.

*Ad argumentando tantum*, não nos podemos furtar de colacionar as lições dos doutos acerca do tema. São elas:

"A Lei Complementar 123/06 veio, exatamente, para regulamentar o "tratamento favorecido" às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto como princípio no artigo 170, inciso IX, da Constituição Federal, bem como dar efetividade ao outro comando, inserido no artigo 179 da mesma carta magna, de "tratamento diferenciado" às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Portanto, trata-se de uma lei inteiramente originada com respaldo constitucional e que vem concretizar políticas públicas inseridas pelo Constituinte originário em forma de normas abertas".<sup>4</sup> (grifamos)

"Objetivando materializar comandos constitucionais, notadamente aqueles contidos no Título VII, 'Da Ordem Econômica e Financeira', que, dentre outras coisas, determina tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, o legislador complementar criou um regime tributário diferenciado, instituiu o Simples Nacional, (...), e promoveu também alterações nas licitações, prescrevendo benefícios a serem dispensados às ME/EPP.

(...)

No que diz respeito especificamente às licitações, as normas consignadas nos artigos 42 a 45 são de eficácia plena e imediata, ou seja, encontram-se produzindo efeitos no mundo jurídico desde a publicação da LC nº 123/06 (DOU, 15 dez. 2006). Sendo assim, por ocasião do processamento/julgamento de licitações instauradas a partir daquela data, todas as entidades da Administração Pública, de qualquer esfera governamental, estão obrigadas a prestar total obediência a tais dispositivos.

Portanto, a implementação das prerrogativas conferidas às ME/EPP, estabelecidas nos artigos 42 a 45, deve ser respeitada e disciplinada pela Administração Pública que deverá prever em seus instrumentos convocatórios os benefícios outorgados pela lei a esta categoria jurídica de licitantes."<sup>5</sup>

No tocante à proteção do Princípio da Isonomia, podemos acrescentar que:

"O direito é sistêmico e suas normas não podem ser interpretadas de forma estanque e isoladas, mas sim, como integrantes de um mesmo sistema.

Por essa razão, o artigo 5º, caput, da Constituição Federal, que estabelece que 'todos são iguais perante a lei', o inciso XXI do artigo 37, também da Carta Magna, quando estabelece a 'igualdade de condições a todos os concorrentes', além do art. 3º da Lei 8.666/93, que impõe a 'igualdade' de tratamento entre os licitantes, (...), precisam ser observados em face do princípio do 'tratamento favorecido', insculpido nos artigos 170, inciso IX, e 179 da Constituição Federal.

A igualdade é respeitada em virtude das diferenças criadas na Lei, para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, partindo da sua definição no artigo 3º. Igualdade é tratar desigualmente os desiguais, compensando assim as desigualdades existentes na prática (as pequenas empresas sempre estiveram em posição de desvantagem até econômica em face das grandes, no que diz respeito às disputas nas licitações).

<sup>4</sup>LIMA, Jonas. *Lei Complementar 123/06 - Aplicações*. Curitiba: Negócios Público Editora. 2008, p. 15.

<sup>5</sup>SANTANA, Jair Eduardo; GUIMARÃES, Edgar. *Licitações e o novo estatuto da pequena e microempresa. Reflexos práticos da LC nº 123/06*. Belo Horizonte: Editora Fórum. 2007, pp. 21 a 23.



# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Somente agora se resguardou a verdadeira igualdade de competição.”<sup>6</sup>

Em outras palavras, pode-se dizer que o escopo finalístico dessa norma, consiste no fomento a essas pequenas empresas – “prestigiando os menores e igualando os desiguais”, o que não acarreta, como quis, em vão, demonstrar a ora Recorrente, qualquer restrição à busca da menor-melhor proposta pela Administração Licitante.

Desta feita, em que pese o inconformismo trazido à lume pela empresa Recorrente, esta Administração não se pode furtar da obrigatoriedade de sua aplicação, sob pena de violar frontalmente o Princípio da Legalidade e, porque não dizer, o da Isonomia.

No tocante à alegada ausência de fundamentação decisória, esta não tem como prevalecer, pelo simples exame da documentação instrutória acosta aos autos do Processo em epígrafe.

Constata-se, de forma inequívoca, que a decisão proferida encontra-se lastreada pelos Pareceres Técnicos n.ºs 355/2009 (fls. 804 a 806), 432/2009 e 461/2009, emitidos pela Gerência de Projetos – GEPRO deste Tribunal, bem como pelas Atas de Reunião da Comissão Permanente de Licitação, devidamente fundamentadas, igualmente acostadas aos autos do Processo Licitatório n.º 383/2009.

Do exposto, resta cabalmente comprovada a estrita pertinência dos atos administrativos não apenas com os ditames da Lei Complementar n.º 123/2006 e do Decreto Estadual n.º 44.630/2007 que a regulamenta, como também com o Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos.

Nesse íterim, cumpre salientarmos, em especial, a escorreita observância, pela Comissão Permanente de Licitação, dos procedimentos relativos ao julgamento das propostas, empate ficto e desempate, conforme abaixo se demonstra:

“A verificação da etapa *julgamento das propostas* tanto nas concorrências quanto nas tomadas de preços ou nos convites ocorre depois de superada a fase de habilitação e nela não se contempla a possibilidade de disputa ou de negociação tal qual ocorre no pregão.

Assim, após se aferir a conformidade das propostas comerciais às exigências do instrumento convocatório (art. 48, I, da Lei n.º 8.666/93), (...), o julgamento feito em torno do menor preço conduzirá a uma classificação provisória em ordem crescente de preços (assim diz o § 3º do art. 45 da Lei n.º 8.666/93).

Diante desse cenário é que poderá surgir – em tese – o *empate ficto* e, corporificado ele, o desempate será realizado na forma do artigo 45, inciso I, da LC n.º 123/06:

Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

O prestígio dado às ME/EPP manda se resolva o empate em favor destas com a possibilidade de nova oferta de preço.”<sup>7</sup>

Registre-se que foi devidamente respeitada, pela Comissão julgadora, essa cadência lógico-cronológica procedimental na fase externa da presente Licitação.

<sup>6</sup> LIMA, Jonas. *Lei Complementar 123/06 - Aplicações*. Curitiba: Negócios Público Editora. 2008, p. 17.

<sup>7</sup> SANTANA, Jair Eduardo; GUIMARÃES, Edgar. *Licitações e o novo estatuto da pequena e microempresa. Reflexos práticos da LC n.º 123/06*. Belo Horizonte: Editora Fórum. 2007, pp. 50 e 51.





# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

No que respeita às alegações recursais relativas à participação em certames cuja monta envolvida extrapola os limites do faturamento das ME/EPP, e que esse fato favorecerá a extrapolação do limite legal para o enquadramento fiscal da empresa de pequeno porte, insta ressaltar a ausência de qualquer limitação normativa nesse sentido.

Aliás, a determinação legal existente é no sentido de que o enquadramento da sociedade como microempresa ou empresa de pequeno porte, bem como seu desenquadramento, não implicarão alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados (art. 3º, § 3º, da LC nº 123/2006)

Acrescente-se, ainda, que a empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual previsto no inciso II do caput deste artigo fica excluída, no ano-calendário seguinte, do regime diferenciado e favorecido previsto pela Lei Complementar para todos os efeitos legais (art. 3º, § 9º, da LC nº 123/2006)

Diante do exposto, entendemos, *s.m.j.*, afastadas as referidas alegações recursais, em observância aos Princípios da Legalidade e da Ampliação da Competitividade.

Ultimando a presente análise, consideramos prejudicada a argumentação relativa à ausência de comprovação do faturamento anual da empresa Recorrida, haja vista constar expressamente dos autos, às fls. 403 a 427, o Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.

Destarte, não há o que se esclarecer a esse respeito.

Feitas essas considerações, opinamos, *s.m.j.*, pela manutenção incólume da decisão desta douta Comissão Permanente de Licitação, que declarou a empresa SENO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA., ora Recorrida, vencedora do certame, eis que prolatada nos estritos termos do ordenamento jurídico vigente.

À elevada e criteriosa apreciação.


  
Daniela Ataíde Giovannini Alves  
Assessora Técnica II

## DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

Com base nos fundamentos do Parecer da ASCONT, temos por bem conhecer do recurso e manter a decisão que declarou vencedora a empresa Seno Projetos e Construções Ltda.

Encaminhem-se os autos à DIRSEP para análise do recurso, nos termos do § 4º do art. 109 da Lei federal nº 8.666/1993.

Em 06/07/2009.

  
Caio Mário Alves Pereira  
Presidente da CPL

  
Valéria da Silva Tavares  
Secretária da CPL

Patrícia de Aguiar Bueno  
Membro da CPL





**DECISÃO DA DIRSEP:**

Adotando os fundamentos do Parecer da ASCONT, conheço do recurso, interposto tempestivamente, mas, no mérito, nego-lhe provimento, ratificando a decisão proferida pela Comissão de Licitação, no tocante à declaração de vencedora da empresa Seno Projetos e Construções Ltda. Encaminhem-se os autos à GECOMP para as providências relativas ao certame.

Em 06/07/2009.

Selma Michaelсен Dias

Diretoria-Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio

Tornando sem efeito, a pedido, a promoção por merecimento, do Juiz de Direito José Sérgio Palmieri, da 2ª Vara de Santa Rita do Sapucaí, de segunda entrância, para a 4ª Vara Cível de Uberaba, de entrância especial, ocorrida em 22.06.09.

Designando, nos termos da legislação vigente, a Juíza de Direito Substituta Patrícia Bittencourt Moreira, para responder pela Vara da Infância e da Juventude e de Precatórias Cíveis de Governador Valadares, a partir de 06.07.09 até o provimento, ficando dispensada das atribuições anteriores durante o período.

Dispensando, a Juíza de Direito Dilmá Conceição Araújo Duque, da 1ª Vara Cível de Governador Valadares, de responder pela Vara da Infância e da Juventude e de Precatórias Cíveis da mesma comarca, a partir de 06.07.09.

## 2ª INSTÂNCIA

Exonerando:

-Rosimar Correia da Silva, TJ-6881-7, a pedido, a partir de 06.07.2009, do cargo de provimento em comissão de Assistente Judiciário, TJ-CAI-08, JU-A164, PJ-29, do Gabinete da 3ª Câmara Criminal, do Desembargador Eduardo César Fortuna Grion, da Secretaria do Tribunal de Justiça.

Nomeando Aline Lemos de Moraes, para o cargo de provimento em comissão de Assistente Judiciário, TJ-CAI-08, JU-A164, PJ-29, do Gabinete da 3ª Câmara Criminal, da Secretaria do Tribunal de Justiça, mediante indicação do Desembargador Eduardo César Fortuna Grion

Retificando publicação de 06.07.09 (DJE 03.07.09) apenas no tocante ao nome da servidora Paula Bracarense Rodrigues, TJ-6214-1, onde se lê: Ana Paula Bracarense Rodrigues, leia-se Paula Bracarense Rodrigues.

## 1ª INSTÂNCIA

Aposentando, a partir de 27.04.2009, nos termos do artigo 3º, da Emenda à Constituição Federal nº 47, publicada em 06.07.2005, a servidora **Ana Maria de Fátima Costa**, PJPI 8046-5, no cargo de Técnico de Apoio Judicial de Primeira Entrância, JPI-GS, PJ-71, classe B, da comarca de Itamarandiba.

Aposentando, a partir de 26.05.2009, nos termos do artigo 3º da Emenda à Constituição Federal nº 47, publicada em 06.07.2005, a servidora **Marilina Maria de Moraes Alves Batista**, PJPI 7034-2, no cargo de Técnico de Apoio Judicial de Segunda Entrância, classe B, JPI-EF-GS, PJ-77, da comarca de Itaúna.

### DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Portaria nº. 897/DEARHU/2009

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

à vista do disposto no artigo 96, inciso I, da Constituição da República, e usando das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE tornar sem efeito a nomeação,

publicada em 05 de junho de 2009, do candidato a seguir relacionado, aprovado em Concurso Público de Provas para provimento de cargos da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais, Edital nº. 01/2005, por não ter tomado posse no prazo legal, nos termos do subitem 1.2, do item VII, do referido Edital:

Cargo/Especialidade: Oficial de Apoio Judicial D  
Código/Padrão: JPI-SG / PJ-28

Comarca: Frutal

Nome:

Classificação:

Sócrates José de Queiroz dos Santos

24

Belo Horizonte, 07 de julho de 2009  
Desembargador SÉRGIO RESENDE  
Presidente

### ATOS DO PRESIDENTE REFERENTE A SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2009/DIRSEP.  
REPRESENTADA: FIANÇA SERVIÇOS GERAIS LTDA.

CONTRATO Nº 140/2008 – PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 028/2008 - PREGÃO PRESENCIAL.

Vistos, etc...

Ao exame dos autos do processo administrativo nº 012/2009/DIRSEP, instaurado contra a empresa **FIANÇA SERVIÇOS GERAIS LTDA.**, depreende-se cristalinamente a inexecução parcial do Contrato nº 140/2008, Processo de licitação nº 028/2008, Pregão Presencial, consistente na não apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União revestida da devida validade, com infringência da cláusula sexta, subitem 6.2.42; e cláusula nona, item 9.8, do contrato nº 140/2008 – processo de licitação nº 028/2008 - pregão presencial; inexistente qualquer justificativa que pudesse ilidir a aplicação da sanção que se impõe por força de comando legal, conforme notícia o parecer de fls. 121/125 dos autos, o qual acolho integralmente.

Resolvo, portanto, aplicar à empresa **FIANÇA SERVIÇOS GERAIS LTDA.** a sanção de **MULTA** de 1% (um por cento) sobre o valor adjudicado, nos termos da cláusula décima – sétima, alínea “b”, subitem “b.2”, do respectivo instrumento contratual; e do art. 87, inciso II, da Lei 8.666/93, o que corresponde à quantia de R\$73.854,40 (setenta e três mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos), conforme planilha de cálculo de fls. 126 dos autos, a qual deverá ser descontada do pagamento eventualmente devido pela administração ou da garantia prestada (cláusula décima - sétima, item 17.2 e 17.3), tudo nos termos da legislação vigente.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Belo Horizonte, 06 de julho de 2009.

(a) Desembargador SÉRGIO ANTÔNIO DE RESENDE  
Presidente

Processo nº1317/2009.

Assunto: Dispensa de Licitação.

Número da dispensa 031/2009.

Embasamento Legal: Art. 24, inciso X, da Lei Federal nº. 8.666/93

Objeto: Locação de imóvel destinado ao abrigo

do Judiciário da Comarca de Virgíópolis durante a reforma do Prédio do Fórum Dr. José Rabello Campos.

Locadora: Maria Luciene Ferreira Andrade.

Vigência: 12 (doze) meses.

Valor total estimado: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

“Nos termos do art. 26 da Lei Federal nº. 8.666/93, ratifico a dispensa de licitação visando à locação de imóvel destinado ao abrigo do Judiciário da Comarca de Virgíópolis durante a reforma do Prédio do Fórum Dr. José Rabello Campos. Publique-se.”

Comissão Permanente de Licitação  
Em 07/07/2009

### Julgamento de Recurso Administrativo

#### Licitação nº 024/2009 - Concorrência

Processo nº 383/2009

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obras de reforma e ampliação do Prédio do Fórum da Comarca de Sacramento/MG, conforme descrição técnica contida no Projeto Básico, parte integrante do Edital de Licitação.

Recorrente: GPF ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Recorrida: SENO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

Interessadas: Conda Construtora Daher Ltda.; Topo Engenharia e Consultoria S/C Ltda. e Sudeste Construções Empreendimentos Ltda.

Empresas Inabilitadas que não apresentaram Recurso Administrativo: Construtora Santa Amélia Ltda. e Construtora OMS Ltda.

Decisão da Comissão: “Com base nos fundamentos do Parecer da ASCONT, mantemos a decisão que declarou vencedora deste certame a empresa **Seno Projetos e Construções Ltda.**” Encaminhem-se os autos à DIRSEP para análise do Recurso.

Em 06/07/2009.

a) Comissão de Licitação

Despacho da DIRSEP: “Adotando os fundamentos do Parecer da ASCONT, conheço do recurso, interposto tempestivamente, mas, no mérito, nego-lhe provimento, ratificando a decisão proferida pela Comissão de Licitação, no tocante à declaração de vencedora da empresa **Seno Projetos e Construções Ltda.**”

Em 06/07/09.

a) Selma Michaelsen Dias – Diretora Executiva

### SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

#### DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Diretora Executiva: Selma Michaelsen Dias

GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS  
Gerente: Daniela Ataíde Giovannini Alves  
07.07.2009

Contratos – Extratos

Artes gráficas Formato Ltda. – Ct. 148/2009 de 26.06.2009. Objeto: Prestação de serviços de



Licitação nº 019/2009 - Tomada de Preços  
Objeto: Construção de edificação anexa ao fórum da Comarca de Paraguaçu - MG.  
A empresa GC ENGENHARIA LTDA interpôs recurso administrativo, nos termos do art.109 da Lei Federal nº. 8.666/93.  
Em 07.07.2009  
a) Comissão de Licitação

## SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

### DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Diretora Executiva: Selma Michaelsen Dias

#### Homologação/Adjudicação

**Licitação nº 024/2009**

**Processo nº 383/2009**

**Modalidade: Concorrência**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para execução de obras de reforma e ampliação do Prédio do Fórum da Comarca de Sacramento/MG, conforme descrição técnica contida no Projeto Básico, parte integrante do Edital de Licitação.  
**Empresa Vencedora: Seno Projetos e Construções Ltda.**

**Valor Total:** R\$2.044.631,87 (dois milhões, quarenta e quatro mil, seiscentos e trinta e um reais e oitenta e sete centavos).

#### HOMOLOGAÇÃO

**Processo:** nº. 1132/2009

**Licitação:** nº. 057/2009

**Modalidade:** Pregão Eletrônico

**Objeto:** Aquisição de 04 (quatro) furadeiras hidráulicas com 02 (duas) brocas.

#### LICITANTE VENCEDOR

**LOTE ÚNICO: Prestobat Ltda.**

**Valor Unitário:** R\$ 13.769,50 (treze mil, setecentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos)

**Valor Total:** R\$ 55.078,00 (cinquenta e cinco mil e setenta e oito reais)

### DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Diretora Executiva: Neuza das Mercês Rezende,  
08 de Julho de 2009.

#### GERÊNCIA DE PROVIMENTO E DE CONCESSÕES AOS SERVIDORES

Gerente: Maria das Mercês Simões R. Pinto

#### Pela 2ª Instância

Resolve designar o servidor abaixo relacionado para exercer em substituição, as funções do cargo em comissão, da Secretaria do Tribunal de Justiça, nos termos da Portaria Conjunta nº 055/2004:  
-Gustavo Túlio de Lima Andrade, TJ-6930-2,

Assessor Judiciário, TJ-DAS-03, AS-A93, PJ-77, no Gabinete da 6ª Vara Cível, por indicação do Desembargador José Domingues Ferreira Esteves, no período de 23.01.2009 a 07.05.2009, durante o afastamento da titular Tatiana Meira Tenório D'Albuquerque, TJ-3186-4, ficando retificada a portaria nº. 019/2009, publicada no "Diário do Judiciário" de 05.02.2009.

Expedindo título declaratório, nos termos do art. 112 do A.D.C.T. da constituição Estadual, acrescido pelo art. 4º da Emenda Constitucional nº57, de 15.07.2003, aos servidores:

-José Carlos Félix Maia da Silva, TJ-293-1, 8º adicional, a partir de 16.06.2009;

-José Paula Rocha, TJ-1696-4, 5º adicional, a partir de 06.06.2009;

-José Vianci Alves, TJ-3616-0, 8º adicional, a partir de 22.06.2009;

-Renato Elias Celes Charchar, TJ-2209-5, 4º adicional, a partir de 27.06.2009;

-Ricardo Ferreira Sacco, TJ-2622-9, 2º adicional, a partir de 19.06.2009;

-Rosângela Aparecida Leite Maria, TJ-1608-9, 5º adicional, a partir de 03.06.2009;

-Rosemary Cirlene Prado, TJ-4402-4, 3º adicional, a partir de 20.06.2009;

-Solange Magda dos Santos, TJ-1061-1, 4º adicional, a partir de 13.06.2009.

#### Pela 1ª Instância

Concedendo:

Licença maternidade, por 120 dias, às servidoras:  
-Diana da Silva Delfino, Araguari, a partir de 13.07.2009;

-Luciana Calixto Alves, Frutal, a partir de 21.06.2009.

Anotando Portaria do Diretor do Foro:

Resolve aprovar a designação da servidora abaixo relacionada para exercer em substituição as funções do cargo em comissão do Quadro de Pessoal da Primeira Instância:

-Monalisa Cristina Gandra Paiva, indicada pela Juíza de Direção Dra. Lucy Augusta Aznar de Freitas Figueiredo, Caratinga, Assessor de Juiz, PJ-51, com lotação na 1ª Vara Cível, a partir de 07.07.2009 até o retorno da titular Pollyana Vieira de Oliveira.

Designação até conclusão dos procedimentos para o provimento efetivo do cargo:

-Ricardo Henrique Alves Lemos, Formiga, Oficial de Apoio Judicial D, JPI-SG, PJ-28, em prorrogação, a partir de 07.07.2009.

Substituição - designação a partir da data da publicação, durante afastamento do titular:

-Aline Saldanha Ferreira Silva, Belo Horizonte, Oficial Judiciário D, especialidade Oficial de Justiça Avaliador, PJ-28, até o retorno da titular Marisa Lamêgo de Barros Costa;

-Fernando Braga Ferreira, Belo Horizonte, Oficial Judiciário D, especialidade Oficial de Justiça Avaliador, PJ-28, até 07.10.2010;

-Joselândia Carla de Senna, Belo Horizonte, Oficial Judiciário D, especialidade Oficial de Justiça Avaliador, PJ-28, até 25.09.2010;

-William Moreira de Oliveira, Santa Maria do Suaçuí, Oficial Judiciário D, especialidade Oficial de Justiça Avaliador, PJ-28, até 01.08.2009.

Substituição - designação durante afastamento do titular:

-Adilson de Freitas Oliveira, Extrema, Técnico de Apoio Judicial de Primeira Entrância C, PJ-52, 19

dias, a partir de 06.07.2009;

-Adilson Ronie Von de Souza Rodrigues, Betim, Técnico de Apoio Judicial de Entrância Especial C, PJ-64, 36 dias, a partir de 10.07.2009;

-Adriana Cristina dos Reis, Araxá, Oficial de Apoio Judicial B, PJ-58, 03 dias, a partir de 01.06.2009;

-Aguida Aparecida Rocha de Lima, Três Marias, Técnico de Apoio Judicial de Primeira Entrância C, PJ-52, no dia 15.06.2009;

-Alessandra Fernandes Maciel, Uberaba, Técnico de Apoio Judicial de Entrância Especial C, PJ-64, 19 dias, a partir de 13.07.2009;

-Alexandre dos Santos Silva, Varginha, Técnico de Apoio Judicial de Entrância Especial C, PJ-64, no dia 20.05.2009;

-Aliciana de Moraes Paula, Patrocínio, Oficial de Apoio Judicial B, PJ-58, 12 dias, a partir de 20.07.2009;

-Allan Martins Ribeiro, Pirapetinga, Técnico de Apoio Judicial de Primeira Entrância C, PJ-52, com lotação na Contadoria, 02 dias, a partir de 04.06.2009, no dia 10.06.2009 e 02 dias, a partir de 15.06.2009;

-Ana Carolina Albeny Coelho, Ipatinga, Técnico de Apoio Judicial de Entrância Especial C, PJ-64, 05 dias, a partir de 10.08.2009;

-Ana Flávia Quites Ponciano, Belo Horizonte, Coordenador de Área, PJ-69, 12 dias, a partir de 20.07.2009;

-Ana Luiza Vargas Vieira, Tombos, Técnico de Apoio Judicial de Primeira Entrância C, PJ-52, no dia 22.05.2009 e 02 dias, a partir de 09.06.2009;

-Anderson Domingos Resende, Nova Serrana, Técnico de Apoio Judicial de Segunda Entrância C, PJ-58, 30 dias, a partir de 20.07.2009;

-Antônio Celso Domingueti Neto, Varginha, Oficial de Apoio Judicial B, PJ-64, 02 dias, a partir de 20.05.2009;

-Antonio José de Avila Neto, Itajubá, Oficial de Apoio Judicial B, PJ-58, 12 dias, a partir de 20.07.2009;

-Aparecida Silva Marcelino, Uberaba, Técnico de Apoio Judicial de Entrância Especial C, PJ-64, 19 dias, a partir de 13.07.2009;

-Audrey Horta Drumond, Timóteo, Oficial de Apoio Judicial B, PJ-64, no dia 25.05.2009;

-Beatriz Alves Gomes, Uberaba, Técnico de Apoio Judicial de Entrância Especial C, PJ-64, 21 dias, a partir de 01.07.2009;

-Bruno Pinto da Costa, Varginha, Técnico de Apoio Judicial de Entrância Especial C, PJ-64, no dia 20.05.2009;

-Carlos Alberto Moura Gonçalves, Betim, Técnico de Apoio Judicial de Entrância Especial C, PJ-64, nos dias 10.06.2009 e 15.06.2009;

-Celina Magna Neves Dutra, Belo Horizonte, Oficial de Apoio Judicial B, PJ-64, no dia 22.06.2009;

-César Alencar de Oliveira, Três Corações, Técnico de Apoio Judicial de Segunda Entrância C, PJ-58, 33 dias, a partir de 29.06.2009;

-Claudia Pullini, Timóteo, Técnico de Apoio Judicial de Entrância Especial C, PJ-64, no dia 25.05.2009;

-Claudiane Gonçalves Massote, Campo Belo, Oficial de Apoio Judicial B, PJ-58, 19 dias, a partir de 13.07.2009;

-Claudio Mota, Uberaba, Técnico de Apoio Judicial de Entrância Especial C, PJ-64, 21 dias, a partir de 29.06.2009;

-Cristina Catarina de Castro Barros, Varginha, Oficial de Apoio Judicial B, PJ-64, 02 dias, a partir de 20.05.2009;

-Daniela Fernanda de Souza, Varginha, Oficial de Apoio Judicial B, PJ-64, 03 dias, a partir de 26.05.2009 e no dia 19.06.2009;

-Denise Silami de Magalhães Guarda, Patrocínio, Técnico de Apoio Judicial de Segunda Entrância C,